

"Se o Ciro quiser nos acompanhar sem as suas más companhias, não será nada de mais."

Anthony Garotinho, candidato à Presidência da República pelo PSB, ontem no Rio, reafirmando que vai disputar o segundo turno com o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Reformar o debate



MARCELO
CÔRTE
NERI

Existem pelo menos três classes de argumentos para a realização das chamadas reformas estruturais no sentido do Consenso de Washington (i.e.; reforma administrativa, abertura econômica, reforma previdenciária, privatização etc).

Em primeiro lugar, pelo lado microeconômico, temos o ganho obtido em termos de eficiência econômica pela retirada de obstáculos ao funcionamento dos mercados. A pergunta básica aqui seria: o que impede a economia atingir um ótimo de Pareto — uma situação em que não é possível melhorar a situação de ninguém sem que a situação de nenhum outro agente seja prejudicada? O ganho de eficiência obtido também passa pela correção de falhas de mercado através do desenvolvimento de instituições. Isto é, nas situações em que o livre funcionamento dos mercados não leva a resultados desejados em função de problemas informacionais, externalidades, retornos crescentes etc, pode-se desenhar mecanismos que levem a uma melhora de eficiência da economia.

Uma segunda motivação para a adoção de reformas é de ordem social, como a obtenção de níveis menores de pobreza e de

desigualdade. Os mercados, mesmo em condições ideais de perfeita informação ou competição perfeita, não levam a uma distribuição equânime de resultados entre os membros de uma dada sociedade. A mão invisível de Adam Smith pode levar — em condições ideais — à eficiência — mas não gera como sub-produto a equidade.

Uma terceira linha de argumentação para a realização de reformas é de ordem macroeconômica, derivada, por exemplo, da necessidade de diminuição de déficits nas contas públicas e/ou de balanço de pagamentos. A rigor os impactos macroeconômicos das reformas constituem mais um efeito secundário e imediato das mesmas. Entretanto, a miopia dos agentes, dos gestores de reformas e dos mercados financeiros induzem a uma certa fixação macroeconômica do debate travado no Brasil contra ou a favor das reformas.

Estamos agora às vésperas do primeiro turno da corrida presidencial, quando a disputa de idéias assume especial importância. Nas eleições determinados diagnósticos correntes podem, ou não, se traduzir em reformas futuras. Mais do que isso, observamos hoje um movimento contra-reformista. O que impressiona na atual campanha presidencial é a convergência formada em torno de algumas visões contrárias à adoção de reformas. É preciso reformar o debate em torno das reformas.

O que explica o atual movimento contra-reformista?

i) No Brasil as reformas têm sido discuti-

das a partir de uma perspectiva essencialmente macroeconômica e pouco a partir de objetivos sociais ou microeconômicos*. Ou seja, o debate está focado no macro. Dado que a agenda de reformas no Brasil, e em outras partes, andou mais durante períodos de crises, isto pode ter levado a um diagnóstico causal do tipo "reformas causam crises". Este tipo de percepção gera uma convergência de opiniões em torno de uma espécie de anti-Consenso de Washington. Os resultados empíricos encontrados de experimentos controlados sobre os impactos de reformas no Brasil, e em outros lugares, não corroboram o pessimismo reformista vigente.

ii) Indo agora para argumentos distributivos. De um lado as reformas prejudicam grupos de interesses específicos. Dando nome aos bois: a reforma administrativa e o funcionário público, a abertura econômica e o operário industrial, a privatização e o funcionário de estatal, a reforma da previdência e os inativos do setor público. Estes grupos de interesse são influentes e vocais. Já os ganhadores das reformas compõem uma massa difusa de consumidores. Ou no caso das reformas de cunho mais social, os ganhadores são a anônima massa de miseráveis ou remediados. A alta inércia da desigualdade brasileira reflete justamente esta assimetria de poderes de pressão dentro de nossa sociedade. Enquanto a discussão de pobreza ou desigualdade é feita de maneira mais genérica, todos se indignam contra esses

males sociais. Mas quando os perdedores das mudanças são explicitados, acaba tudo em pizza.

iii) Outra causa da dificuldade na implementação de reformas no Brasil, é a ocorrência de um certo preciosismo dos economistas em torno de soluções ótimas de longo prazo. Isto é, aderimos demasiadamente a uma visão estática fixada no primeiro-melhor. Os custos das reformas são, em geral, pagos à vista por um grupo de atores. Por exemplo, o operário que perdeu seu emprego em função da abertura econômica. Ao passo que os benefícios

É preciso reformar o debate em torno das reformas. Mas o que explica a atual convergência contra-reformista?

são auferidos mais tardia e difusamente. Mais do que isso, os consumidores se acostumam com os ganhos proporcionados pelas reformas ao longo do tempo. Por exemplo, o avanço no acesso a telefone fruto da privatização nas telecomunicações, tende a ser esquecido. Numa situação ideal, uma dada reforma deve ser aplicada quando o valor presente dos ganhos obtidos pelos vencedores supera o valor presente das perdas incorridas pelos perdedores. Uma compensação antecipada de parte dessas perdas aumenta a proba-

bilidade de formação de consensos em torno de reformas. Esta visão de negociar uma solução do tipo segundo-melhor goza de uma certa resistência entre nossos economistas. O resultado é uma situação, como a vigente, quando na impossibilidade de dar um grande passo a frente na agenda de reformas, tendemos a dar vários passos para trás.

Os melhores nem sempre ganham, e quando ganham nem sempre levam. O melhor exemplo disto, talvez esteja na própria concepção da vida. O espermatóide que vence a corrida em direção a fertilização, arrebenta a cabeça contra a parede do óvulo e morre sem deixar herança. O secundão é que com o caminho aberto immortaliza a sua presença na genética deixada ao embrião que começa a se formar. Embora o primeiro seja o campeão moral da corrida pela vida, o segundo colocado é que leva a taça.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras. E-mail: mcneri@fgv.br

* Neste aspecto, o recém-divulgado documento "A Agenda Perdida", de um grupo seletivo de economistas brasileiros, coordenado por José Alexandre Scheinkman da Universidade de Princeton e redigido por Marcos Lisboa da FGV, representa uma relevante contribuição para um reposicionamento do debate econômico atual.